

Cativos nas fazendas pastoris do sul de Mato Grosso (1825-1888)

Considerações de pesquisa¹

Elaine Cancian*

Resumo

Diários de viajantes, inventários e obras dos cronistas possibilitam um estudo sobre as fazendas de Mato Grosso. As narrativas dos viajantes engajados nas missões particulares são significativas à investigação proposta, pois oferecem conhecimentos sobre as propriedades pastoris, as atividades praticadas, o modo de viver no campo, as edificações existentes e também a mão-de-obra utilizada. Neste trabalho apresento algumas reflexões sobre a presença do trabalhador escravizado nas terras mato-grossenses, sobretudo à luz da literatura de viagem do século XIX.

Palavras-chave: Mato Grosso. Fazendas pastoris. Escravizados.

Economia pastoril num espaço singular

Território marcado pela resistência dos nativos e ralhos castelhanos, o sul de Mato Grosso só pôde ser povoado efetivamente após a implantação de uma política estratégica de defesa e segurança, marcada pela construção de fortes e povoados. A ocupação das terras por iniciativas particulares foi repelida e impedida pelos nativos e só viabilizada com a presença portuguesa, traduzida na elevação de construções militares e moradias, ainda que, inicialmente, de materiais pouco

* Professora de Pesquisa Histórica da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/MS.

¹ Este artigo faz parte do projeto “A produção pastoril no Piauí, no Mato Grosso do Sul e no Rio Grande do Sul, de 1780 a 1930: um estudo comparado”, financiado pelo CNPq -2008-2009.

duráveis. As fortalezas tiveram papel importante no processo de ocupação e criação de povoados no sul, sobretudo na formação das extensas propriedades rurais.

Desde 1727 houve a intenção de povoar as terras localizadas à margem do rio Taquari e áreas circunvizinhas pela doação de sesmarias a João Araújo Cabral, Manuel Góis Prado e Luis Rodrigues Vilares.² A experiência foi malograda graças às revoltas dos nativos paiaguás e guaicurús, ocupantes do distante sertão mato-grossense.

A longa distância entre as povoações e fortificações do norte do antigo Mato Grosso e a formação das fazendas na região obrigava os proprietários a se armarem contra os nativos. Todavia, a política de ocupação e povoamento aplicada por Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres permitiu que as terras próximas ao Taquari fossem então ocupadas, e os grandes proprietários, servindo-se da mão-de-obra cativa, puderam, então, explorá-las.

A elevação do forte Coimbra, no ano de 1775, a fundação de Albuquerque, em 1776, e do povoado de Corumbá, em 1778, e a construção do presídio de Miranda, em 1778,³ permitiram aos portugueses e seus descendentes a posse de extensas terras destinadas ao cultivo de pequenas plantações, o estabelecimento de pequenos engenhos e criação de gado. Resguardados da

reação dos nativos por corrente fluvial, os fazendeiros de Cuiabá e Vila Bela seguindo os cursos dos rios, foram expandindo suas posses. “Assim, o vale do Aricá, tributário do Cuiabá, acolhe entre os sesmeiros, desde, pelo menos, 1780, a Francisco Corrêa da Costa, pai de Antônio Corrêa da Costa, cujas propriedades se dilatavam até o São Lourenço e o rosário de baias, do Félix, das Pombas, dos Pássaros, que se abrem, de um a outro rio.”⁴

A região entre Cuiabá e Vila Maria, hoje Cáceres, foi a escolha dos descendentes dos portugueses André Alves da Cunha, João Pereira Leite, José Gomes da Silva e Leonardo Soares de Souza,⁵ que fundaram notáveis estabelecimentos agropastoris. Os ocupantes das terras mais próximas a Cuiabá, Cáceres e Vila Maria, comumente servindo-se do curso fluvial do São Lourenço e seus afluentes, penetraram no Pantanal aventurando-se no sul de Mato Grosso.

As condições geográficas dos pantanais mato-grossenses favoreceram a organização da economia pastoril. Os aspectos geocológicos como a amplitude e o complexo regime de águas, com inundações anuais e alagamento das planícies, exigiam que as sesmarias tivessem extensão necessária ao recuo do gado quando as terras mais baixas ficavam submersas. Essa condição natural do terreno influenciou

na formação de sesmarias com quase 14.000 ha, rejeitando as aquisições posteriores à doação inicial, pois era comum o requerimento das terras que circundavam o núcleo inicial; além disso, permitiu aos proprietários a criação do gado sem preocupação com os limites das posses. Desse modo, em 1822, o português Jerônimo Joaquim Nunes, militar e proprietário do Pindaival e Piquiri – portanto já grande proprietário de terras –, escolheu sesmarias na margem esquerda do São Lourenço, dilatando seus bens.⁶

Fazendas de Mato Grosso sob o olhar dos viajantes

Parte de nossa abordagem sobre as fazendas mato-grossenses do século 19 foi buscada nos diários produzidos pelos viajantes que percorreram rios e caminhos da região. Comumente, o sul de Mato Grosso foi registrado pelo olhar de pintores, geógrafos, militares, engenheiros movidos pela perspectiva de trabalho e oportunidades de novos conhecimentos científicos. Narrativas resultantes da presença de homens engajados em missões particulares fornecem ponto de partida ao conhecimento que ainda precisa ser construído sobre a posse da terra nos pantanais, a mão-de-obra usada nas fazendas, as formas de produção, bem como o modo de viver na região.

Os livros produzidos no século 20 são também importantes fontes de informações, todavia a documentação diversificada desta época guardada nos arquivos espera por uma análise mais aprofundada. Reveladores da ocupação do Oeste brasileiro e da vida nessas terras, os documentos compulsados sugerem trabalho minucioso do historiador.

Por onde os viajantes passavam faziam descrições geográficas, físicas e humanas, algumas até retratadas por desenho (a pico de pena); mas grande parte dos povoados, das vilas, fortificações, moradas e fazendas foi descrita apressadamente, aspecto que dificultou o pesquisador de ofício na busca do passado mais remoto. Todavia, as narrativas de viagens disponíveis podem auxiliar nas pesquisas oferecendo um conhecimento geral sobre as regiões brasileiras e algumas ricas descrições sobre espaços observados.

Em relação às fazendas mato-grossenses, alguns viajantes ofereceram descrições importantes sobre o funcionamento da propriedade, a produção, quantidade de trabalhadores, edificações, entre outros detalhes. Dois exemplos foram as fazendas Camapuã e Jacobina, descritas por Hercules Florence, artista da expedição Langsdorff.

Escravizados das fazendas Camapuã e Jacobina

Camapuã foi uma fazenda importante na região, sobretudo aos viajantes cujo objetivo era alcançar Cuiabá. Descrições desta região podem ser encontradas na obra *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas*, escrita pelo artista Hercules Florence. Presente no Brasil desde 1824, Florence engajou-se na expedição científica organizada pelo cônsul geral da Rússia, o barão George Heinrich von Langsdorff. A viagem, iniciada em 3 de setembro de 1825, partiu do porto do Rio de Janeiro e os expedicionários, após dois dias, aportaram na cidade de Santos. Apenas no dia 22 de junho de 1826 a expedição Langsdorff partiu de Porto Feliz, cidade assentada na margem esquerda de Tietê. Rumo a Cuiabá, os viajantes chegaram a Camapuã no dia 9 de outubro do mesmo ano.

A fazenda Camapuã, localizada no Alto Taquari, formada no “varadouro” descoberto pelos irmãos João e Lourenço Leme, filhos do sertanista Pedro Leme da Silva, foi referência para os viajantes e comerciantes que se dirigiam a Cuiabá. Para o historiador Marcos Amorim,⁷ a localização geográfica de Camapuã permitiu que a fazenda se tornasse um local de referência às monções. Nela, na época da passagem de Florence, 1826, viviam trezentas

pessoas, em sua terça parte composta por trabalhadores escravizados. Estes cativos, em sua maioria, eram pretos crioulos⁸ e viviam sob o domínio senhorial dos sócios da fazenda. Fabricavam tecidos de algodão, que abastecia a população local e servia como produto de troca – em Miranda, o tecido era trocado por gado *vacum* e cavalos. Também produziam cana-de-açúcar, feijão e milho e criavam galinhas e porcos, animais descritos com admiração pelo viajante por serem extremamente magros.

As construções observadas por Hercules Florence eram, em grande parte, simples, sobretudo as senzalas, que eram baixas e cobertas de sapé; somente as moradias destinadas aos administradores e, possivelmente, aos viajantes eram assobradadas. Os dois sobrados ficavam de frente, separados por um pátio fechado pelas senzalas. No pátio localizava-se o engenho de moer cana, que funcionava movido por bois.⁹

Em se tratando da Jacobina, Hercules Florence ofereceu maiores detalhes, provavelmente por ter sido a mais próspera da província de Mato Grosso. Florence permaneceu como hóspede na fazenda entre 2 e 5 de setembro de 1827 em passagem a Cuiabá.

Propriedade do tenente-coronel João Pereira Leite, a Jacobina era produtora de gêneros alimentícios, como

cacau, café, feijão, mandioca, milho e outros, porém o principal gênero cultivado era a cana-de-açúcar, utilizada sobretudo na produção da aguardente. A criação do gado também era uma atividade presente no local. Conforme Florence, “gado imenso cobria as ricas pastagens da Jacobina e outras fazendas. O dono avaliava seu número em 60.000 reses; a maior parte porém, tornava-se selvática”.¹⁰ Dada a abundância de pastagens e córregos necessários aos animais, a fazenda possuía, além do gado, cabritos, carneiros, cavalos e jumentos.

As atividades na Jacobina eram executadas por trabalhadores escravizados e livres, segundo registrou Florence. “Duzentos escravos de trabalho dos dois sexos e sessenta crianças formavam toda a escravatura desse estabelecimento; mas havia quase igual número de gente forra entre agregados, crioulos, mulatos e índios, que trabalhavam mais ou menos para si, ou pagos pelo proprietário”.¹¹ Todos os trabalhadores eram observados atentamente pela sogra de João Pereira Leite, Ana Maria Gomes da Silva, responsável pelo bom funcionamento da propriedade.

As construções da Jacobina foram comumente descritas por Florence, que observou, além da existência da morada de João Pereira Leite, uma igreja, quatro engenhos de açúcar, sendo dois movidos a água e dois por

bois, quarenta casas com coberturas de telha, armazéns, máquina de socar milho, oficinas, olaria e ranchos.

A família do proprietário da Jacobina ocupava a habitação mais aprazível da fazenda, um sobrado alpendrado. O primeiro pavimento da casa era amplo, com portas de acesso a um espaço aberto, utilizado como local de trabalho de cativos e forros.¹² O alpendre, comprido e aberto em uma de suas laterais, era construído junto à fachada da casa, cuja cobertura era sustentada por esteios de madeira. Segundo Florence, o céu e o campo poderiam ser observados do alpendre.¹³ Era o espaço usado para receber os convidados e servir as refeições; por isso, eram mantidos ao centro uma mesa comprida e bancos de madeira maciça.

Na obra de Florence há referências ao uso do alpendre edificado contíguo às paredes externas das casas dos homens mais abastados da província de Mato Grosso. No alpendre os proprietários mato-grossenses serviam as refeições, recebiam os viajantes, rezavam as ladainhas, acomodavam os hóspedes e observavam o movimento dos escravizados.

Fazendas públicas

Em 1818, quando o engenheiro português Luiz D’Alincourt realizou uma viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá, no Mato Grosso, deixou

registrado em seu diário a existência de uma fazenda pública de criação de gado, no presídio de Miranda. D'Alincourt informou que, estabelecida havia 16 anos, a fazenda possuía 9.500 cabeças de gado vacum e setecentas e cinquenta cabeças cavalares. Os animais eram cuidados pelos próprios militares, que se revezavam na defesa do local, no curtume e nas demais tarefas, o que justificava o estado de má conservação das construções do presídio, mencionado pelo viajante.¹⁴

O presídio, fundado em 1778, era [...] um reduto quadrado de 45 braças de lado, fechado por uma trincheira de terra socada entre duas estacadas, com uma peruena, banquetas, e com os Quartéis, e armazéns, feitos com pouca estabilidade [...]: no interior tem uma praça também quadrada, no centro da qual se construiu depois um poço: o paiol [...] é uma pequena casa coberta de telha, assim como o Armazém, Capela e Quartel do Comandante: todos os mais Quartéis são cobertos de camim.¹⁵

A população local era formada por seis homens brancos, sete mulheres brancas, 25 homens pardos, oito cativos e quatro cativas. Nos poucos sítios existentes próximos ao presídio eram criados os gados vacum e cavalares.¹⁶

Em Albuquerque¹⁷ foi fundado um estabelecimento de atividade pecuária, em razão da necessidade de abastecimento das guarnições do forte Coimbra. Este aspecto obrigou o co-

mandante Ricardo Franco de Almeida Serra a tomar a iniciativa de orientar os soldados na organização de uma fazenda de criação de gado nas cercanias do forte.

Em terra ocupada por guaicurus, os antigos criadores e vendedores de gado vacum, cavalo e carneiro obtinham grande parte do produto por meio das pilhagens nas fazendas castelhanas. Nessas localidades era encontrado gado desgarrado dos grupos de nativos. Com certa quantidade de gado arrebanhada pelos soldados a fazenda pública em Albuquerque foi então fundada com o objetivo específico de ser utilizada para a alimentação das tropas e também da população de Corumbá.

Abílio de Barros, autor da obra *Gente pantaneira*, ressalta a existência da fazenda de Albuquerque na segunda década do século XIX.

De 1819, há, de forma documental, a comprovação de sua existência. Naquela data, em carta ao governador da província, o comandante de Coimbra, José Craveiro de Sá, faz referência expressa à fazenda ao comunicar que faria vir, para o forte, os vaqueiros de Albuquerque a fim de reforçar a guarnição diante de um possível ataque dos espanhóis de Assunção.¹⁸

Fazendas particulares nas cercanias de Corumbá

Próximas à vila de Corumbá extensas fazendas foram sendo formadas no século 19 por homens oriundos, sobretudo, do norte de Mato Grosso, que buscaram na longínqua fronteira do Império, antes domínios da Espanha, a posse de terras, a sobrevivência familiar e, sobretudo, oportunidades de enriquecimento.

Conhecidos e retratados na literatura mato-grossense como “pioneiros” do Pantanal, eles acumularam extensões de terras vultosas e, servidos pela mão-de-obra cativa, desenvolveram plantações de alimentos, fabricação de aguardente e criação de gado.

No sul de Mato Grosso, a 20 km de distância do núcleo populacional de Albuquerque, estabeleceu-se no ano de 1845 Joaquim José Gomes da Silva, o barão de Vila Maria,¹⁹ fundador da fazenda Piraputangas e proprietário de terras extensas e grandes quantidades de gado. As fazendas do barão foram alvo das descrições dos viajantes, admirados com as suas benfeitorias. A extensão das propriedades e o pioneirismo do barão na região, provavelmente, atraíram a atenção dos observadores e mereceram maior número de linhas nas páginas dos diários de viagem.

Arquitetura na fazenda do barão

A fazenda Piraputangas, assentada em terra fértil e favorável à agricultura, era utilizada para plantações de cana-de-açúcar e dos alimentos consumidos pelos habitantes de Albuquerque e Corumbá, núcleos urbanos distantes alguns quilômetros das posses de Joaquim José Gomes da Silva. A criação de animais era comumente praticada, sendo grande parte do gado absorvido fora da propriedade.

Entre os demais estabelecimentos da região a fazenda do barão era notável por sua luxuosidade, fato sustentado como um diferencial pelo viajante Joaquim Ferreira Moutinho.

O melhor estabelecimento daquelas paragens era o riquíssimo engenho – a as Piraputangas – pertencente ao senhor barão de Vila Maria. Daí saía grande parte do sustento para Corumbá; acrescento que a maior parte do gado que ali se consumia era tirada das fazendas do mesmo barão, próximas do Engenho, onde residia em riquíssima casa, perto da fábrica movida por água, entre ricos pomares, e belas e abundantes plantações, dispostos, tudo com muito gosto, regularidade, e até com luxo.²⁰

A quantidade de gado e a produção elevada do açúcar, arroz, farinha, feijão e milho fizeram das propriedades do barão as mais importantes da província de Mato Grosso. O autor da

Viagem ao redor do Brasil 1875-1878 e membro da comissão encarregada de demarcar os limites com a Bolívia, João Severiano da Fonseca, foi contundente ao afirmar que tanta prosperidade só fora afetada pela ação dos paraguaios e, depois, pela morte do barão:

Os paraguaios devastaram-na e arrebataram seus gados. Seu proprietário Joaquim José Gomes da Silva, barão de Vila Maria, desde 1870 que a ia reerguendo e já começava à colher bons frutos quando a morte lhe assaltou no mar, recolhendo-se da corte, aonde o tinham levado interesses da maior monta, quais os da mineração do ferro [...].²¹

Na imensidão dos pantanais, em meio às matas verdejantes, a fazenda Piraputangas exibia extensa moradia coberta com telhas. Edificada entre pomares e plantações e composta por alcovas, corredor, cozinha, salas e varanda nos fundos, ostentava um fausto pouco comum no espaço rural de Mato Grosso.

As salas da moradia continham, para a comodidade da família, pequenas mesas quadradas e redondas, com gavetas, todas fabricadas de cedro e usadas para comportar vasos, sinetas e castiçais, objetos estes inventariados após a morte do barão. Escrivatinhas também eram parte da mobília existente na habitação. Os quartos eram mobiliados com baús, canastras, camas de jacarandá forradas com lona ou couro e toucador.

Na cozinha, local de preparação das refeições, do odor da fritura e da fumaça espalhada pelo fogão a lenha, as cativas trabalhavam arduamente para o bom funcionamento das tarefas. Embora aviltada pelos escravizadores, era da cozinha que saíam os objetos mais finos a comportar os alimentos preferidos pela família. Mesmo sem contarmos com descrições reveladoras dos utensílios domésticos usados na habitação do barão, é possível afirmar que os alimentos eram colocados à mesa em recipientes requintados por escravizadas. Entre os utensílios da família Gomes da Silva arrolados no *Inventário* havia uma pequena *salva* de prata pesando 3,40 kg e uma *salva* maior de 15 kg. Percebem-se a diminuta quantidade de objetos domésticos e a inexistência dos talheres na relação dos bens. Os bens utilitários, sobretudo os talheres, eram raros no período colonial e, nas terras mato-grossenses, durante o século 19, pouco ainda eram usados nas habitações.

A historiadora Leila Mezan Algranti²² relata que as moradias coloniais careciam de utensílios e mobiliário; além disso, tais bens não sugeriam riqueza às famílias no período. Cativos, joias, alimentos, roupas e cargos eram indicadores da posição social ocupada pelas pessoas que os possuíam. Para Algranti, a preocupação com maior conforto esteve presente na Colônia desde a metade do século 18 nos nú-

cleos urbanos mais populosos, porém a chegada da família real em 1808 possibilitou a inserção de novos objetos no interior das moradias, sobretudo os utensílios domésticos.

No interior da casa havia também armários de guardar livros e louças, cadeiras de balanço, cadeiras de palhinha, cantoneiras de jacarandá, objetos ornamentais, como os castiçais de prata e relógio de parede, denotando o requinte dos Gomes da Silva em meio à rusticidade rural. Dentre os bens arrolados na residência do barão são apresentadas duas sinetas, provavelmente usadas pela família para chamar os cativos que trabalhavam na moradia.

A habitação da família Gomes da Silva não era a única construção da fazenda. A senzala, destinada ao descanso dos escravizados, igualmente era parte da paisagem. Próxima ao curral e cercado destinado à criação de porcos, a senzala era edificada com cobertura de palha e sapé e nela os vários cativos e camaradas, todos trabalhadores do barão, livravam-se da fadiga diária. Eram sete os galpões pequenos ocupados pelos trabalhadores da Piraputangas.²³

O conjunto de construções da fazenda completava-se com casa coberta de telhas usada para armazenar diferentes gêneros de lavoura; galpão coberto com palha para pilar milho e um segundo, ocupado para torrar farinha;

quarto coberto de telhas que servia de enfermaria; “sesmaria de terras de” (morada) coberta de telhas, aberta, com ferramentas para uso de ferreiro e três quartos cobertos de telhas para hóspedes.

Instrumentos de trabalho nos campos do barão

A vida no espaço rural, sobretudo a sobrevivência em terras pantaneiras, exigia dos proprietários certos instrumentos de trabalho, de carregamento e deslocamento. Colher e carregar a cana-de-açúcar até o engenho e deslocar os alimentos produzidos até os armazéns demandava obter transportes adequados.

A Tabela 1, elaborada com os dados retirados do inventário *post-mortem* do barão de Vila Maria e de um exemplar do jornal *O Iniciador*, expõe com detalhes todos os instrumentos usados na fazenda do barão, arrolados após seu falecimento,²⁴ sendo possível observar as quantidades dos animais, cativos, objetos e propriedades. Ressalta-se a curiosa anotação ao lado de alguns cativos, os quais, apesar de fugidos ou forros, foram inseridos no inventário como bens do barão.

Tabela 1 – Demonstrativo dos bens do fazendeiro barão de Vila Maria

Bens, móveis e utensílios	Bens semoventes	Bens de raiz e benfeitorias	Cativos	Idade	Cor/origem	Profissão	Observação
1 dúzia de cadeiras com assento de palhinha	199 bois de carro na Piraputangas	1 sesmaria de terras de cultura no lugar denominado Piraputangas – com uma légua de frente e três de fundos, com uma grande morada coberta de telhas com três salas de frente, corredor, alcovas, varanda para trás e cozinha	Gonçalo	54 anos	pardo		
2 mesas redondas de cedro para centro de sala	30 bois para corte		Antônio Nunes	29 anos	preto	sapateiro	
2 mesas quadradas de cedro de duas gavetas cada uma	40 vacas mansas leiteiras		João d'Ouro	24 anos	preto		
3 cantoneiras de jacarandá	47 reses de criar de toda idade e condição	1 sesmaria de terras de (morada) grande coberta de telhas na Piraputangas, com um engenho de ferro de dois cilindros de moer cana movido por água	Eustáquio	24 anos	pardo		
2 mesas quadradas com gavetas de molduras para sala			Antônio	17 anos	pardo		
2 mesas quadradas com gavetas para sala	11 animais cavatares mansos de sela	1 sesmaria de terras de (morada) grande coberta de telhas; dentro dela, duas pipas de gasteiros ou depósito de aguardente, que levam cada uma seiscentas canadadas, e duas pipas, que levam cada uma 200 canadadas; e ao lado da mesma casa, um galpão coberto de telhas que serve de oficina de carpintaria, tendo uma ferramenta quase completa desse ofício	Pedro	16 anos	pardo		fugido
1 cama grande de jacarandá já usada	4 machos mansos de sela		Raymundo	35 anos	pardo		
3 camas grandes de cedro forradas de lona e couro	3 bestas mansas de sela		Gabriel	38 anos	preto	vaqueiro	
1 par de canastras encouradas de sóla preta	4 machos mansos de sela		Belisário	21 anos	preto		
1 par de caixas envernizadas	12.000 reses de toda idade nas fazendas Palmeiras e São Francisco		Vesceslão	14 anos	preto		
1 baú grande encourado			Filete	25 anos	preto		forro
1 armário grande com tampo de guardar louça	104 éguas mansas e bravas nas Palmeiras	1 sesmaria de terras de (morada) coberta de telhas que serve de oficina de ferreiro, sem fundos, no qual se encontram bigorna, torno, fole e mais ferramentas pertencentes à mesma	Manoel Ferreiro	56 anos	preto		forro
1 relógio de parede	52 poldros de ½ a 2 anos bravos nas Palmeiras	1 galpão coberto de palhas, no qual se acham assentados dois fornos de cobre de torrar farinha, pesando ambos 70 Kg	Tristão	36 anos	preto		forro
1 toucador pequeno com espelho	90 poldros de 2, 3 e 4 anos bravos na Palmeiras	1 casa coberta de telhas que serve de depósito das diferentes gêneros de lavoura, na qual se encontram um grande caixão com tampa e ferragens, no qual se deposita exclusivamente o açúcar	Antônio Congoiô	50 anos	preto		forro
	45 cavalos mansos e pastores na Palmeiras	3 quartos cobertos de telhas que servem de aposento aos hóspedes	Luciana	25 anos	preta		
		1 quarto coberto de telhas que serve de enfermaria	Theodora	44 anos	preta		
			Maria Pequena	48 anos	preta		
			Maria das Dores	36 anos	preta		forra

Bens, móveis e utensílios Continuação da página anterior	Bens Semoventes	Bens de raiz e benfeitorias	Cativos	Idade	Cor/origem	Profissão	Observação
2 cadeiras de balanço	1 mula mansa	1 galpão coberto de palha, no qual se acha um morjolo de uma só mão, movida por água	Theresa	34 anos	preta		
1 cabide grande singelo		7 galpões pequenos cobertos de palhas e sapé, que servem de senzalas aos escravos e camaradas	Emília	58 anos			forra
2 pares de castiçais de prata pesando 1,200 gr.		1 grande cercado para porcos; um curral para gado, laranjal, canaviais, plantações de milho, mandioca, etc.	Clara	58 anos			
1 salva pequena de prata pesando 3,40 gr.		1 casa de morada coberta de telhas no estabelecimento denominado S. Domingos, situado na mesma sesmaria das Piraputangas, tendo contigua uma casa coberta também de telhas, na qual se acham colocadas 32 formas de tábuas de fazer açúcar	Lusia	9 anos			
1 salva grande de prata pesando 15 kg		1 casa de morada coberta de telhas na qual se acham colocadas quatro formilhas, sendo três ocupadas por tachos grandes de cobre e uma, por uma grande caldeira de cobre pesando todos 256 k	Maria Magdalena	36 anos	preta		
2 sinetas pesando 13,5 kg		1 casa de morada coberta de telhas na qual se acha colocado um engenho de ferro de três cilindros, movido por bestas, para moer cana e une assim dois gamelões de depositar garapa	Maria Magdalena Grande	50 anos	preta		
7 carros sistema mineiro todos forrados		1 pequeno paiol coberto de telhas para depósito de milho, currais, canaviais grandes, plantações de milho, etc.	Lucinda	25 anos	parda		
1 carratão em mau estado		2 arreios pertencentes ao engenho de São Domingos, para animais que trabalham no dito engenho	Laurinda	19 anos	parda		
12 selas de trabalhar gado		1 sesmaria de criar no lugar denominado "Fazenda-grande", ao centro da mesma margem e rio acima referido, com uma légua de frente e três de fundos	Maria	14 anos	parda		fugida
Arreios completos para carros e carratão		1 morada de casa em Corumbá na rua Delamare edificada, no lote urbano nº 86, com grandes cômodos feita de matéria-prima	Cantidiana				
		1 morada de casa em Cuiabá na rua Barão de Melgaço, com cômodos e extenso quintal amurado de taipa	Maria Eugênia	9 anos	parda		
			Martinha	34 anos	parda		
			Francilina	31 anos	parda		
			Mariana	23 anos	parda		
			Gyna	58 anos	parda		
			Esmília	32 anos	parda		

Fonte: Elaboração da autora baseada no inventário *post-mortem* do barão de Vila Maria-1876 [Arquivo do Memorial de Justiça de Campo Grande/MS] e no Jornal O *Iniciador*- 05/07/1883. [Biblioteca Pública Estadual Dr. Isaías Paim/Campo Grande/MS].

Na fazenda do barão encontravam-se sete carros de boi feitos no sistema mineiro e um carretão,²⁵ usados no cotidiano do campo. Arreios completos para carros e carretão e doze selas usadas em boi inteiravam o sistema de carros movidos por animais.²⁶ Diante da quantidade considerável de carros, é compreensível que nas propriedades do barão fossem preparados o açúcar, a aguardente e a farinha, além de serem produzidos diferentes gêneros alimentares, cujas atividades exigiam deslocamentos. Toda produção era acondicionada em uma “casa” coberta de telhas, especialmente o açúcar produzido nas terras do barão, que ficava armazenado num grande caixão com tampa.

Oficinas de carpintaria e ferraria eram mantidas na fazenda, porque, distante da cidade, a manutenção diária dos instrumentos de trabalho ou reparos ocasionais dos carros de bois e peças de engenho poderiam ser concluídos pelos escravizados. Num galpão com cobertura de telhas eram guardadas as ferramentas completas e necessárias ao trabalho especializado dos cativos. Os instrumentos, como bigorna, torno, fole, entre outras ferramentas usadas no trabalho com metal, eram guardadas na oficina de ferreiro, igualmente coberta por telhas.²⁷

O engenho, importante máquina utilizada na produção do açúcar, poderia ser movido por animais ou água,

mas na Piraputangas coexistiam as duas formas. Havia um engenho de ferro provido por dois cilindros movidos a água e um engenho de ferro de três cilindros movido por bestas e unido por dois recipientes de depositar o caldo da cana, mantidos em construções grandes e cobertas de telha. Igualmente, em depósitos contíguos ficavam os reservatórios de garapa e alambiques de cobre. Nas pipas de madeira de duzentas a seiscentas canadas²⁸ era conservada a cachaça.

As atividades dos cativos não se encerravam no preparo da aguardente e do açúcar. Em dois fornos de cobre os trabalhadores escravizados do barão torravam a farinha de mandioca destinada ao consumo na fazenda e nas regiões vizinhas; usando o monjolo de uma só mão movida por água o milho era pilado.

A lida com o gado bovino nas terras do barão era executada pelo cativo Gabriel, único cativo vaqueiro arrolado. O dado registrado no *Inventário* poderia sugerir a diminuição expressiva do gado considerando a Guerra do Paraguai, 1864-1870, e a retirada dos animais existentes na Piraputangas pelas tropas paraguaias necessitadas de alimentos. Conforme Augusto César Proença e Luis-Philippe Pereira Leite, após a Guerra do Paraguai a fazenda do barão ficou totalmente arrasada e o gado, praticamente extinto.²⁹ Talvez essa condição possa explicar a presen-

ça de somente um cativo especializado na lida com o gado. O próprio *Inventário* é revelador da quantidade baixa de gado bovino existente na fazenda Piraputangas sete anos após a guerra devastadora.

No *Inventário* foi registrada a quantidade de 199 bois de carro, quarenta vacas mansas leiteiras, 47 reses de criar de toda idade e condição e trinta bois para corte; 11 animais cavaleiros mansos de sela, quatro bestas machos mansos de sela e três bestas mansas de sela, conforme os dados apresentados na Tabela 1.

O estudo da propriedade inventariada permite-nos conhecer, além das atividades praticadas, os objetos usados na intimidade do lar e no cotidiano do campo. Conforme registrado no *Inventário*, existiam na moradia do barão, armário grande de guardar louça, armário pequeno de guardar livros, baú grande encourado, cabide, cadeiras com assento de palhinha, cadeiras de balanço, caixas envernizadas, camas grandes de cedro forradas de lona e couro, cama grande de jacarandá, canastras encouradas de sola preta, cantoneiras de jacarandá, castiçais de prata, mesas quadradas com duas gavetas cada uma de cedro, mesas quadradas com gavetas de molduras para sala, mesas quadradas com gavetas para sala, mesas redondas para centro de sala fabricadas de cedro, relógio de

parede, salva grande de prata, salva pequena de prata, sinetas e toucador pequeno com espelho. Para o trabalho na fazenda, arreios, bigorna, caldeira de cobre, carretão, carros de bois, engenho de ferro, ferramentas de ferraria e carpintaria, fole, fornos de cobre, monjolo, selas, tachos e torno facilitavam a lida no campo.

População escravizada como bem semovente do barão

A mão-de-obra escravizada presente na fazenda de Gomes da Silva executava as tarefas necessárias. As plantações, os cuidados na fabricação da farinha e aguardente perpassavam pelas mãos de mulheres e homens mantidos como cativos. Lavradores, roceiros e vaqueiros labutavam na lida diária em terras pantaneiras.³⁰

Em 1877 o barão possuía 19 cativos, sendo cinco mulheres em idade entre 15 e 40 anos e 14 homens com idade que variavam entre 12 e 54 anos. Todos eram solteiros e com grande aptidão para o trabalho, com desempenho em diversas atividades: Cristolpha, Manoel e Vicente faziam os serviços domésticos; a cativa Rufina era a cozinheira; Antonio Congoiô, Anastácio, Balthazar, Eustáchio, Fillete, Gabriel, Gonçalo, João do Ouro, Raimundo e Tristão eram lavradores; Antônio, Maria e Theodora tinham a função de

roceiros; Antonio Nunes, sapateiro, e João do Engenho, o copeiro, únicos em sua função especializada, executavam atividades exigentes de habilidade. Desses cativos, oito foram identificados com a cor preta e 11, como pardos.³¹

Era importante a mão-de-obra acostumada aos trabalhos mais brutos exigidos no espaço rural, tanto que a posse de pelo menos alguns cativos era garantida pelos proprietários. Imensas extensões de terras pouco valiam aos proprietários dos pantanais se não dispusessem de trabalhadores que plantassem os alimentos necessários ao seu próprio sustento e dos membros da família do proprietário. Isolados por longo tempo em território de difícil acesso, era preciso garantir uma pequena produção, bem como o cuidado com o gado para ordenha e corte. Os fazendeiros viam como indispensável o braço forte do escravizado.

Em 1873 o barão de Vila Maria e a baronesa Maria da Glória doaram ao filho José Joaquim Gomes da Silva as terras conhecidas por Palmeiras, localizadas na margem esquerda do rio Taquari. Experiente, o barão sabia da impossibilidade de ocupar, usufruir a criação de gado e fazer produzir as terras sem mão-de-obra; por isso, também ofertou ao filho, cinco cativos. De fato, os escassos trabalhadores, em princípio, foram usados pelo baronete³² nas diversas atividades iniciais da fazenda. Como diria Antonil,³³ ao refletir sobre o proces-

so de produção dos engenhos um século antes da epopéia dos escravizadores no Pantanal da Nhecolândia, a empreitada inicial de José Joaquim Gomes da Silva deveu-se às “mãos e os pés” dos poucos cativos doados pelo pai.

A fazenda Palmeiras, privilegiada pela existência de açudes naturais capazes de facilitar a atividade pastoril, mesmo com técnicas pouco desenvolvidas, prosperou rapidamente sob a administração vigorosa do baronete. Além dos açudes a propriedade dispunha de hortas, jardins, moradia confortável e aprazível e, finalmente, pastos para o gado e pomares.

Para João Severiano da Fonseca, a fazenda Palmeiras poderia tornar-se modelo de propriedade na província de Mato Grosso, pois era administrada por fazendeiro ativo, dócil, esforçado, empreendedor e inteligente. Fonseca registrou com bom ânimo as benfeitorias aplicadas nas terras por José Joaquim Gomes da Silva. “Vastas sementeiras de alfafa estavam feitas do mesmo modo que campos imensos plantados com gramíneas de pasto [...]” Sua vivenda não seria um rancho, um galpão, um miserável pardieiro, como os de tantos outros muito superiores em meios da fortuna: ia sendo construída conforme suas posses atuais, mas com gosto e confortabilidade e seguindo o adiantamento da época.

Hortas, pomares e jardins delineavam-

se em já próspero crescimento: para eles buscava sementes de tudo o que era de utilidade e ornamento, consciente de que aumentando-lhes a beleza mais encarecia o valor da vivenda. Em pouco tempo seria ela o orgulho do seu laborioso dono e o espelho das da província.³⁴

A atividade criatória empreendida por José Joaquim Gomes da Silva contava com reses de várias idades, éguas mansas e bravas e poldros bravos. Na época de arrolamento dos bens pertencentes ao finado barão de Vila Maria, foram inventariados como posse da Palmeiras 12 mil reses de todas as idades, incluindo as de São Francisco,³⁵ 104 éguas mansas e bravas, 52 poldros de meio a dois anos bravos, 90 poldros de dois, três e quatro anos bravos, 45 cavalos mansos e pastores e uma mula mansa.³⁶

Em 22 de junho de 1876, somente dois meses após a morte do barão de Vila Maria, José Joaquim Gomes da Silva faleceu, deixando a propriedade em pleno funcionamento. Para Severiano da Fonseca, a fazenda Palmeiras só perdeu seu esplendor em razão da

ausência do baronete: “[...] e a fazenda *da Palmeira* parece que morreu com o dono, tanto os vermes a estão roendo”, observou Fonseca.³⁷

Escravizados no Taquari

Nas proximidades do Taquari, rio que banha o Mato Grosso do Sul, além das propriedades da família Gomes da Silva, outras foram delimitadas. Trabalhadores escravizados foram deslocados para a região por decisão de homens interessados na ocupação das terras sulinas do Mato Grosso.

Os registros de cativos produzidos nos anos de 1874 e 1877 na vila de Santa Cruz de Corumbá indicam a existência de trabalhadores escravizados nas fazendas próximas ao Taquari. No ano de 1874, 11 cativas do vale do Taquari foram registradas, com idade entre 12 e 45 anos; cinco trabalhadoras escravizadas eram roceiras, três executavam atividades como cozinheiras e três faziam todo o serviço doméstico, como mostra a Tabela 2.

Tabela 2 – Relação dos escravizadores e cativos existentes na região do Taquari - 1874

Proprietário	Cativo	Cor	Idade	Profissão	Aptidão para o trabalho	Observação
Manoel Vicente de Souza	Florinda	preta	34	roceira	pouca	Tem duas filhas livres em virtude da Lei
José Gomes Monteiro	Efigênia	preta	20	serviço doméstico	bastante	-
	Juliana	parda	24	roceira	bastante	-
	Maria	preta	27	serviço doméstico	bastante	-
Sabino José da Silva	Clara	preta	12	serviço doméstico	bastante	-
Francisco de Lara Falcão	Joana	preta	22	roceira	bastante	-
	Romana	preta	36	cozinheira	bastante	-
Antônio Gomes de Arruda	Sophia	preta	25	roceira	bastante	-
Antônio Luiz da Silva Albuquerque	Leonarda	parda	25	cozinheira	bastante	-
Manoel José Clementino da Silva	Rufina	preta	40	cozinheira	bastante	-
Possidônio Vieira de Almeida	Anna	preta	45	roceira	bastante	-

Elaboração da autora baseada na Classificação dos escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação - 1874. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá/Corumbá (MS).

Tabela 3 – Relação dos escravizadores e cativos existentes na região do Taquari - 1877

Proprietário	Cativo	Cor	Idade	Profissão	Aptidão ao trabalho
Manoel Vicente de Souza	Florinda	preta	34	roceira	pouca
	Evaristo	preta	12	roceiro	bastante
Possidônio Vieira de Almeida	Onório	parda	39	lavrador	bastante
José Gomes Monteiro	Estevão	preta	34	pedreiro	regular
	Valentim	preta	34	roceiro	nenhuma
	Gabriel	preta	26	roceiro	bastante
	Bento	preta	18	roceiro	bastante
	Juliana	parda	23	roceira	bastante
	Maria	preta	26	roceira	bastante
	Antônio	preta	26	roceiro	regular
Luis José Coelho	Cesário	preta	23	lavrador	regular
	Antônio	parda	20	lavrador	bastante
Francisco de Lara Falcão	Joana	preta	21	roceira	bastante
	Romana	preta	37	roceira	bastante
	Rofino	preta	20	todo serviço	bastante
Sabino José da Silva	Clara	parda	11	Serviço doméstico	bastante
Antônio Gomes de Almeida	Sophia	preta	24	roceira	bastante
Antônio Luiz da Silva Albuquerque	Francelina	preta	24	roceira	bastante
Manoel José Clementino da Silva	Rufina	preta	39	cozinheira	bastante
Passidônio Vieira de Almeida	Anna	preta	44	roceira	bastante

Elaboração da autora baseada na Classificação dos escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação - 1877. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá/Corumbá (MS).

Entre 1874 e 1877 houve um aumento de escravizados nas fazendas da região, contando com 11 diferentes cativos relacionados na documentação, porém o quantitativo de mão-de-obra inserido no campo poderia ser maior. Ocorre que os registros realizados no período, objetivando promover a libertação dos escravizados pelo fundo de emancipação, em muitas fazendas não foram realizados em razão das dificuldades de deslocamento no pantanal e das longas distâncias entre as fazendas e a vila de Corumbá. Este aspecto induziu alguns proprietários de cativos ao descumprimento da lei, pois era grande a dependência do braço cativo nas fazendas; portanto, poucas atividades poderiam ser executadas pelos latifundiários sem mão-de-obra necessária às diversas tarefas do campo.

Abstract

Traveler's diary, inventories and works of chroniclers allow a study about the labor farms in Mato-Grosso state. The narratives of travelers engaged in private missions are significant to the present investigation because offers the possibility of knowledge about the pastoral farms, field's life, the buildings and also the labor used. In this work I introduce some reflections about the slave workers in the mato-grossense fields, specially illuminated by travel literature from 19 century.

Key words: Mato Grosso. Pastoral farms. Slaves.

Notas

- ² CORRÊA FILHO, Virgílio. *Pantanais mato-grossenses*. Devassamento e ocupação. Rio de Janeiro: IHGB, p. 63.
- ³ No reconhecimento da região, o capitão João Leme do Prado explorou os rios Miranda e Aquidauana e, em 16 de julho de 1778, empreendeu o início do presídio Nossa Senhora do Carmo do Mondego, posteriormente denominado presídio de Miranda. O local foi elevado à condição de Vila de Miranda em 30 de maio de 1857.
- ⁴ CORRÊA FILHO, Virgílio. *Fazendas de gado no Pantanal Mato-Grossense*. Documentário da vida rural n. 10. Rio de Janeiro: IBGE, 1955. p. 18.
- ⁵ Idem, p. 19.
- ⁶ CORRÊA FILHO, *Fazendas de gado no Pantanal Mato-Grossense*, p. 18.
- ⁷ AMORIM, Marcos. *O "segundo Eldorado" Brasileiro*. Navegação fluvial e sociedade no território do ouro. De Araritaguaba a Cuiabá (1719-1838). Dourados, MS: UFMS/Campus de Dourados, 2004. p. 158.
- ⁸ Florence informa que eram poucos os mestiços e mulatos existentes em Camapuã. Somente uma mulher branca foi vista no local. Ver p. 76-78.
- ⁹ FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas*. São Paulo: Cultrix, 1977. p. 72-78.
- ¹⁰ FLORENCE, p. 182.
- ¹¹ Idem.
- ¹² Idem, p. 180.
- ¹³ Idem, p. 182.
- ¹⁴ D'ALINCOURT, Luiz. *Memória sobre a viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975. p. 171.
- ¹⁵ Idem, p. 170.
- ¹⁶ Idem, p. 175.
- ¹⁷ Albuquerque, localizada na margem direita do rio Paraguai e distante aproximadamente 60 km de Corumbá, foi fundada em 1776.
- ¹⁸ BARROS, Abílio Leite de. *Gente pantaneira: (Crônicas da sua história)*. Rio de Janeiro: Lacerda, 1998. p. 76-77.
- ¹⁹ Joaquim José Gomes da Silva recebeu o título "barão de Vila Maria" do governo Imperial em 21 de junho de 1862.

- ²⁰ MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Notícia sobre a Província de Matto Grosso seguida d'um roteiro da viagem de sua capital a São Paulo*. São Paulo: Typographia de Henrique Schroeder, 1869. p. 246.
- ²¹ FONSECA, João Severiano da. *Viagem ao redor do Brasil 1875-1878*. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & Cia., 1880. p. 303.
- ²² ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia da Letras, 2004.
- ²³ Inventário dos bens do barão de Vila Maria. 3 de agosto de 1876. Arquivo Memorial do Tribunal de Justiça de Campo Grande - MS.
- ²⁴ Ressalta-se que o inventário apresenta várias páginas danificadas pela ação de traças, sobretudo as que apresentam a listagem dos bens, o que tornou várias linhas inteligíveis, problema então sanado com a existência do mesmo conteúdo no jornal *O Iniciador* (5/7/1883), encontrado durante uma pesquisa nos jornais produzidos e que circularam em Corumbá - MS.
- ²⁵ Carro de duas rodas unidas por um eixo muito resistente, para transporte de toros de madeira.
- ²⁶ Inventário dos bens do barão de Vila Maria. 3 de agosto de 1876. Arquivo Memorial do Tribunal de Justiça de Campo Grande (MS).
- ²⁷ Idem.
- ²⁸ Unidade de medida antiga para líquidos, equivalente a 2,662 litros.
- ²⁹ LEITE, Luis-Philippe Pereira. *Vila Maria dos meus maiores*. São Paulo: Vaner Bicego, 1977; PROENÇA, Augusto César. *Pantanal*. Gente, tradição e história. Campo Grande/MS, 1992.
- ³⁰ Classificação dos escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação - 1877. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá/Corumbá - MS; CANCIAN, Elaine. *Escravidão, arquitetura urbana e a invenção da beleza*. O caso de Corumbá (MS). Passo Fundo: UPF, 2006. p. 252-261.
- ³¹ Idem.
- ³² Baronete é um título usado entre a nobreza na Inglaterra. O portador do título é superior ao de cavaleiro e inferior ao de barão.
- ³³ ANDREONI, André João Antonil. *Cultura e opulência do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.
- ³⁴ FONSECA, João Severiano da. *Viagem ao redor do Brasil 1875-1878*. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & Cia., 1880. p. 163-164.
- ³⁵ São Francisco, segundo consta no inventário do barão, era uma região localizada ao centro da margem esquerda do rio Taquari. No local, o barão possuía terras medindo uma légua de frente e três de fundo, usadas na criação de gado ou *sesmaria de criar*, conforme o documento.
- ³⁶ Inventário dos bens do barão de Vila Maria. 3 de agosto de 1876. p. 77-80. Arquivo Memorial do Tribunal de Justiça de Campo Grande - MS.
- ³⁷ FONSECA, João Severiano da. *Viagem ao redor do Brasil 1875-1878*. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & Cia., 1880. p. 163.

Referências

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia da Letras, 2004.

AMORIM, Marcos. *O "segundo Eldorado" Brasileiro*. Navegação fluvial e sociedade no território do ouro. De Araritaguaba a Cuiabá (1719-1838). Dourados, MS: UFMS/Campus de Dourados, 2004.

ANDREONI, André João [Antonil]. *Cultura e opulência do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.

BARROS, Abílio Leite de. *Gente pantaneira: (Crônicas da sua história)*. Rio de Janeiro: Lacerda, 1998.

CANCIAN, Elaine. *Escravidão, arquitetura urbana e a invenção da beleza*. O caso de Corumbá (MS). Passo Fundo: UPF, 2006.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *Fazendas de gado no Pantanal Mato-Grossense*. Documentário da vida rural n. 10. Rio de Janeiro: Gráfica IBGE, 1955.

_____. *Pantanais mato-grossenses*. Devasamento e ocupação. Rio de Janeiro: IHGB, 1946.

D'ALINCOURT, Luiz. *Memória sobre a viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas*. São Paulo: Cultrix, 1977.

FONSECA, João Severiano da. *Viagem ao redor do Brasil 1875-1878*. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & Cia., 1880.

LEITE, Luis-Philippe Pereira. *Vila Maria dos meus maiores*. São Paulo: Vaner Bicego, 1977.

MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Notícia sobre a Província de Matto Grosso seguida D'um roteiro da Viagem de sua capital a São Paulo*. São Paulo: Typographia de Henrique Schroeder, 1869.

PROENÇA, Augusto César. *Pantanal*. Gente, tradição e história. Campo Grande - MS, 1992.

Fontes

Inventário dos bens do barão de Vila Maria. 3 de agosto de 1876. Arquivo Memorial do Tribunal de Justiça de Campo Grande - MS.

Jornal *O Iniciador*, 5/7/1883. Biblioteca Pública Estadual Dr. Isaías Paim/Campo Grande - MS.

Livro de classificação dos escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação-1874. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá/Corumbá - MS.

Livro de classificação dos escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação-1877. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá/Corumbá - MS.